REUNIÃO DO COMITÊ GESTOR DE EQUIDADE DE GÊNERO, RAÇA E DIVERSIDADE

ATA DE REUNIÃO

Data: 04.08.2017

Local: Sala 307-A do Prédio Sede

Presenças: ***Integrantes do Comitê:*** Juízas Gabriela Lenz de Lacerda (Coordenadora), Luciana Böhn Stanke (representando os magistrados) e Lúcia Rodrigues de Matos (representando a Amatra IV); e os servidores Bárbara Burgardt Casaletti (representando a DG), Mariana Merolillo Marimon (representando a Ouvidoria), Juliano Machado dos Santos (representando os servidores com deficiência), Alessandra Pereira de Andrade (representado as servidoras mulheres), Eliane Margarete da Silva Abreu (representando os servidores negros), Roseli Coelho Fossari (representante dos servidores LGBTI) e Alessandra Barreto Krause (representando o SINTRAJUFE).

Convidada: Camilla Dotto (SECOM)

Secretário: Igor Ferraz Freiberger (AGE)

Horário: 16h10min – 18h35min

1. Planejamento do Comitê. A Juíza Gabriela abriu a reunião explicando que, desde o primeiro encontro, inteirou-se de vários temas e participou de várias reuniões, havendo muitas atividades previstas. Salientou ser necessária a contribuição de todos os integrantes para que até o final de outubro ou, no máximo, início de novembro, sejam apresentadas propostas ainda na atual Administração. Gabriela informou ainda que pautou o que tem de ser feito até o final do ano, o que será objeto da presente reunião. **2. Projeto Pró-Equidade.** A gestora e idealizadora do projeto no TRT4, Ana Naiara, está se aposentando e a juíza Gabriela relatou que gostaria de trazer o projeto para o Comitê. Pontuou que a Amatra não tem se preocupado com violência de gênero e assédio moral. Falou sobre as proposições e a fiscalização que o Comitê tem de desempenhar. Bárbara informou que o projeto Pró-Equidade de Gênero tem duração fixa e acaba em março do ano que vem. Argumentou haver vantagens em manter o projeto fora do Comitê e lembrou que é preciso definir um gerente a partir de setembro por causa da aposentadoria da Naiara. O grupo debateu se o projeto deve ou não ficar dentro do Comitê e ainda quem poderia ser seu novo gerente. Diante de questionamento dos membros, a Juíza Gabriela encarregou-se de verificar com Naiara mais objetivamente as atribuições da gerência do projeto. Bárbara enfatizou a im-

portância do projeto, destacado na ata de correição nacional. Face à lembrança de que colegas dos coletivos Diversidade (focado no gênero) e de servidores negros (ainda em formação) estariam aptos à na gerência do projeto, o Comitê decidiu que Eliane e Roseli sondariam com os militantes seu interesse. Prevaleceu, por ora, a ideia de manter o projeto independente do Comitê. **2. Acolhimento de vítimas.** A Juíza Gabriela citou pesquisas do Sintrajufe e da servidora Adriana Pooli, além de negociação com a unidade de Psicologia da PUCRS, para enfatizar a necessidade de ser definir sobre o acolhimento de vítimas de violência e assédio no âmbito do Tribunal. O grupo comentou que as universidades têm interesse em ter estagiários atuando em um núcleo de acolhimento, restando a cargo da Juíza Gabriela conversar com PUCRS e UFRGS sobre a ideia. A seguir, houve amplo debate sobre quem poderia atar como centro de acolhimento no TRT4, sendo lembradas a Coordenadoria de Saúde, a Ouvidoria e a Secretaria de Gestão de Pessoas. O Comitê identificou pontos favoráveis e desfavoráveis para cada uma das opções, prevalecendo o entendimento de que o mais natural seria a servidora Caroline, que é psicóloga, desempenhar tal papel. Seu interesse na atividade será verificado por Bárbara. Os presentes sugeriram também que se atue em conjunto com Sintrajufe e Amatra4 para convênio com clínicas especializadas, permitindo cobrir com o plano de saúde eventual acompanhamento para vítimas. A Juíza Gabriela atualizará o Comitê sobre o andamento da proposta. **3. Equidade no TRF4.** A Juíza Gabriela relatou conversa com o Corregedor-Geral do TRF4, que deseja criar um comitê de equidade naquele tribunal. **4. Reunião na EJ.** A Juíza Gabriela narrou sua reunião com o Desembargador Alexandre, da Escola Judicial. A Escola Judicial fará capacitação sobre equidade e pediu que o Comitê envie um plano de curso, propondo parâmetros para formação inicial e continuada, tanto para magistrados quanto para servidores. Há possibilidade de tornar a capacitação obrigatória e também o propósito de se organizar um curso de multiplicadores de Direitos Humanos. A Juíza Gabriela mandará para e-mail do comitê e marcará reunião só sobre este tema, destacando a necessidade de se preparar um curso de ótima qualidade. **5. Calendário 2018.** O calendário de mesa do Tribunal para 2018 terá com tema a diversidade, sugerido por Gabriel, da SECOM. Camila informou que a ideia é fazer fotos com servidores que representem diversidade de qualquer tipo. Ponderou, porém, serem necessárias 15 fotos para o calendário e que as imagens com as pessoas no local de trabalho tendem a ficar muito parecidas dado o padrão das secretarias. Apontou a possibilidade de montar o calendário com as fotos da exposição Amores perfeitos. Camila sugeriu também fazer fotos retratando a vida pessoal desses servidores. A Juíza Gabriela ponderou que a ideia é mostrar as pessoas no trabalho para acentuar sua integração. Os presentes debateram se haveria 15 pessoas interessadas em se expor no calendário, combinando consultar informalmen-

te pessoas de seus círculos para apurar o nível de interesse. Camila informou que a licitação já está em andamento e o calendário tem de ser distribuído no final de novembro ou, no máximo, entre os primeiros dias de dezembro. Após debate, o Comitê concluiu que (a) se houver mais de 15 interessados, podem abrir para votação das fotos; (b) podem ser usadas fotos coletivas, mas não só estas; (c) podem incluir foto do encontro de PCDs; (d) podem também incluir foto do próprio comitê para completar as 15; (e) antes de enviar o Inácio, fotógrafo da SECOM, para unidades fora de Porto Alegre, pedirão que os próprios interessados mandem fotos que, dependendo da qualidade, podem evitar o deslocamento do Inácio; (f) se a consulta informal apontar bom interesse, mandarão convite por e-mail para todo Tribunal. A Juíza Lúcia questionou como caracterizar a diversidade LGBT em uma fotografia e, após debate, o grupo concluiu que a própria pessoa pode fornecer um pequeno texto de apresentação, que seria usado como legenda da foto. Diante da exiguidade de tempo, restou definido que até a próxima quinta-feira os integrantes do Comitê devem informar ao grupo o resultado de suas consultas informais. **6. Capacitação do Comitê.** A Juíza Gabriela informou que Gabriel Galli teve problema e atrasou o curso, mas está agendado para os dias 1º e 22 de setembro, pela manhã. O grupo discutiu quem seria convidado para a capacitação, além dos próprios integrantes do Comitê. Ficaram definidos convites para as Comissões de Direitos Humanos e de Acessibilidade, além de Ouvidoria, Coordenadoria de Saúde, SEGESP e os dois coletivos (Diversidade e Pessoas Negras). A Juíza Gabriela lembrou ainda sobre o curso na ALRS em convênio com o MP-RS, uma formação bastante completa em Direitos Humanos e equidade, com 40h/aula e que terá 15 vagas reservadas para o TRT4. O Comitê concluiu ser desnecessárias mais vagas dada a dificuldade de se liberar servidores para um curso de uma semana cheia. Gabriela ainda informou que está em estudo a realização de curso para o início do ano que vem sobre acolhimento de vítimas de violência. **7. Calendário de datas relevantes.** Mariana encarregou-se de realizar pesquisa de datas relevantes sobre direitos humanos e equidade. Com isso, o Comitê elaborará proposta de ações com setores-chave do Tribunal para os anos 2018-2019. **8. HeForShe.** Bárbara informou sobre a campanha HeForShe, para a qual se pretende maior participação masculina. Bárbara comentou a reunião de que participou, havendo várias universidades envolvidas e ações não se limitam à campanha. Informou que, como se trata de um projeto da ONU, qualquer material tem que ser aprovado antes pela Organização. A Juíza Gabriela pontuou que sua intenção é ter membros do Comitê participando das reuniões e propondo ações. Eliane sugeriu que o servidor Fabiano Moreira fosse convidado para o grupo do HeForShe, o que foi aprovado, ficando a cargo da Juíza Gabriela submeter o nome de Fabiano para a Presidência. O grupo aventou nomes de possíveis interessados, ficando os participantes incumbidos de apurar o inte-

resse de colegas na campanha. **9. Amores Perfeitos.** A Juíza Gabriela expôs intenção de fazer circular a exposição Amores perfeitos. Ante esclarecimento de que já existe iniciativa nesse sentido, a Juíza Gabriela comprometeu-se a fazer contato com o Desembargador Lucena e as servidoras do Cerimonial. **10. Ações diversas.** A Juíza Gabriela comentou ideias sobre diversas ações possíveis ou já planejadas, assinalando (**a**) o concurso de fotos com base em poetisas, sugerida por Igor e já aprovada pela Comissão de Cultura, que está sendo inicialmente conduzido por aquela Comissão; (**b**) na Biblioteca, fazer um espaço para livros sobre diversidade, talvez algo sobre a literatura produzida por mulheres negras, como a escritora Conceição Evaristo. Eliane, que apresentou a sugestão, ficou encarregada de rascunhar um projeto. (**c**) a possibilidade de mudar o PJe para que passe a suportar a inclusão do nome social. O grupo debateu a importância e viabilidade desta alteração, com a Juíza Gabriela manifestando interesse em oficiar o CNJ postulando a mudança, o que teve concordância de todo Comitê; (**d**) o intuito de se montar um grupo de trabalho para lidar com resíduo de juízas em licença gestante. **11. Consciência negra.** Eliane falou sobre a Semana da Consciência Negra, pensou em promover uma roda de conversa, com bancos sem encosto e temas que permeiam a situação do negro. A ideia foi bem recebida, sugerindo-se convidar representantes de movimentos negros, como Luana, do coletivo Thêmis. Eliane também propôs uma roda de leitura infantil, para a qual os servidores poderiam trazer os filhos e que talvez pudesse ser montada em conjunto com o projeto Pescar. Citou ainda a possibilidade de se montar uma oficina de escrita com exposição posterior, uma roda de poesia e algo sobre resistência à discriminação, com depoimentos. Todas as sugestões tiveram a aprovação do Comitê, com a Juíza Gabriela destacando a necessidade de transformar a proposta em um projeto formal por escrito. **12. Calendário permanente.** A Juíza Lúcia propôs fixar dias temáticos permanentes em um calendário anual para que no futuro o Comitê e suas iniciativas sejam preservadas. A ideia foi aprovada, restando a cargo da Juíza Gabriela o contato com a Comissão de Cultura e a Escola Judicial para verificar as datas que já possuem programação. Mariana ficou encarregada de pesquisar datas relevantes para a temática da equidade e diversidade. **12. Aleitamento.** Alessandra Krause comentou sobre a semana mundial de aleitamento materno. Há grupo encarregado do tema, com reunião mensal e roda de conversas sobre esse assunto, mas carente de mais divulgação. Sobre medidas adicionais sobre a sala de amamentação, Bárbara esclareceu que o Tribunal ainda aguarda receber a certificação da Secretaria Municipal de Saúde. Reunião encerrada às 18h35. Ata redigida pelo servidor Igor Ferraz Freiberger, Analista Judiciário lotado na Assessoria de Gestão Estratégica, Dados Estatísticos e Apoio às Ações Institucionais, e encaminhada eletronicamente para validação.

Agenda: próxima reunião agendada para 1º de setembro, sexta-feira, às 14h.